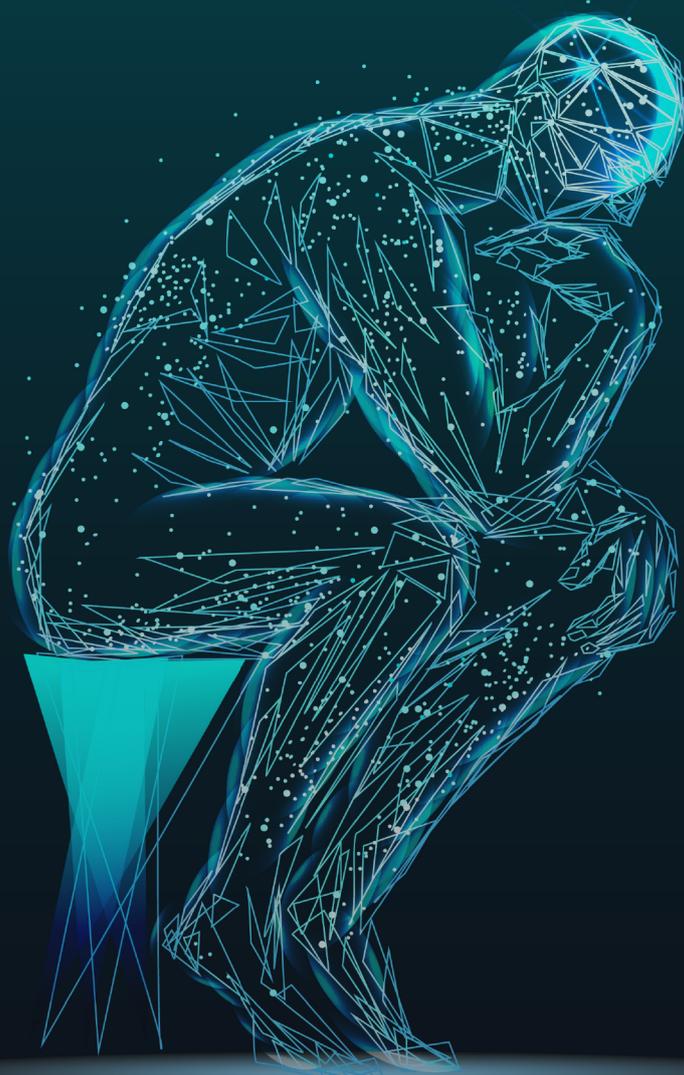


DISCUSSÕES  
INTERDISCIPLINARES  
NO CAMPO DA  
FORMAÇÃO  
DOCENTE

V  
O  
L  
I



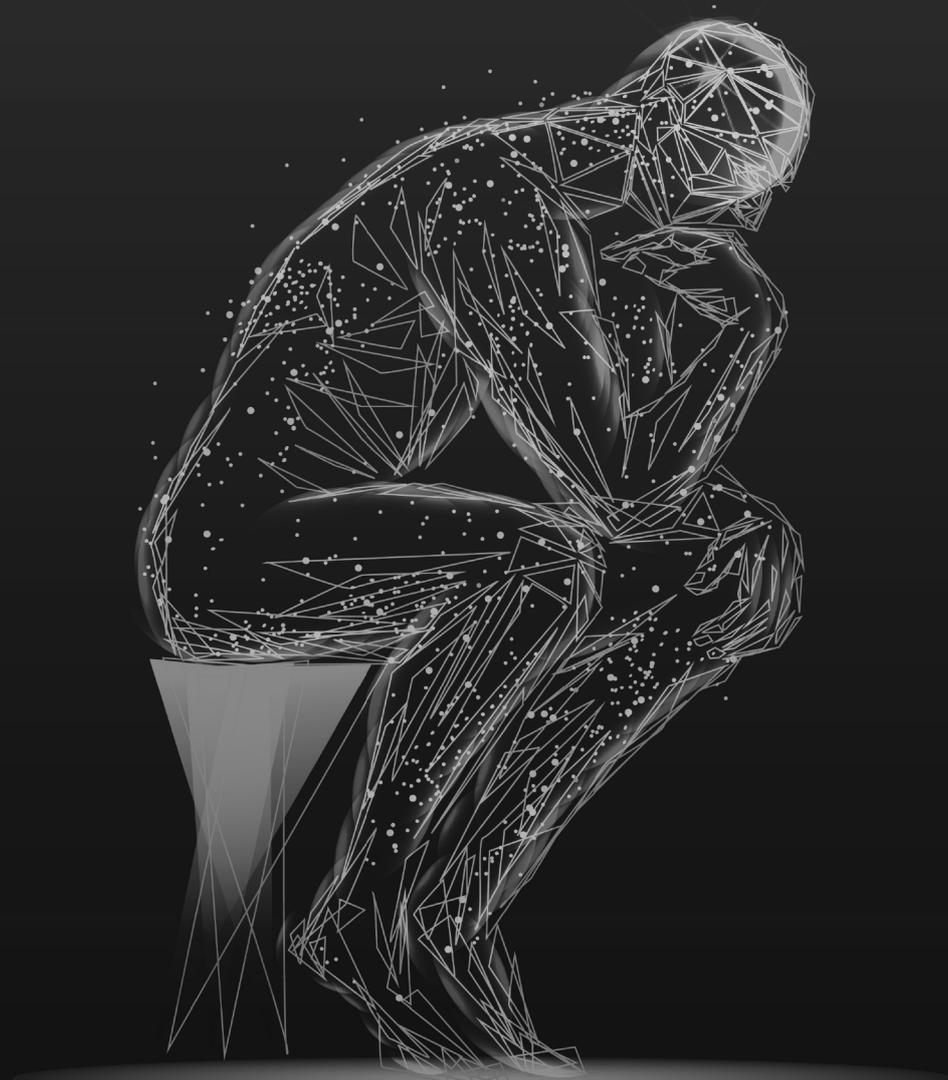
Luciane Spanhol Bordignon



(Organizadora)

DISCUSSÕES  
INTERDISCIPLINARES  
NO CAMPO DA  
FORMAÇÃO  
DOCENTE

V  
O  
L  
I



Luciane Spanhol Bordignon



(Organizadora)

2020 by Editora Artemis

Copyright © Editora Artemis

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis

**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte:** Bruna Bejarano

**Diagramação:** Helber Pagani de Souza

**Revisão:** Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.  
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

#### Conselho Editorial:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco

Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College

Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros

Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D611 Discussões interdisciplinares no campo da formação docente  
[recurso eletrônico] : vol. I / Organizadora Luciane Spanhol  
Bordignon. – Curitiba, PR: Artemis, 2020.  
116 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-03-3

DOI 10.37572/EdArt\_033110620

1. Educação. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação.  
I. Bordignon, Luciane Spanhol.

CDD 371.71

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**



## APRESENTAÇÃO

"Nenhum de nós nasce professor, nós nos tornamos professores. A formação deve ser um processo de constituição de uma cultura profissional, de um gesto profissional, de uma maneira de ser profissional. Formar um professor é conseguir que alguém aprenda a conhecer, a pensar, a sentir e a agir como um profissional docente." (NÓVOA, 2016)

A formação é compreendida no contexto educacional contemporâneo, como uma das possibilidades para qualificar e ressignificar os processos educativos, para promover a cidadania e, ainda, carrega na sua essência a transformação dos sujeitos.

Nesse sentido, pensar a formação implica compreender os processos que envolvem: políticas públicas, formação continuada, profissionalidade, interdisciplinaridade, experiências formativas, bem como currículo e metodologias.

O momento requer a presença de educadores-cidadãos solidários, empenhados na união de esforços para a solução dos complexos problemas que o mundo de hoje apresenta. Tal articulação implica diálogo, na acepção de Paulo Freire (2006). Significa aproximação uns dos outros, como sujeitos que se unem na oportunidade de construir um mundo possível.

Assim, esperamos que o livro **Discussões Interdisciplinares no Campo da Formação Docente** seja mais uma contribuição aos profissionais professores que acreditam que somente pela educação será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária e, por isso, seguem sua jornada com determinação.

Luciane Spanhol Bordignon

Outono de 2020

## SUMÁRIO

### FORMAÇÃO DOCENTE, LICENCIATURAS E CONHECIMENTO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
NOVAS DINÂMICAS DO CONHECIMENTO PARA UM MUNDO TENSIONADO	
Elza Neffa	
Krishna Neffa	
<b>DOI 10.37572/EdArt_0331106201</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
A FORMAÇÃO SUPERIOR DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DOS DADOS DO CENSO ESCOLAR	
Paulo César Gaglio	
Dayse das Neves Moreira	
<b>DOI 10.37572/EdArt_0331106202</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>30</b>
O PIBID E A DISCRICIONARIEDADE DOS IMPLEMENTADORES	
Paula Arcoverde Cavalcanti	
<b>DOI 10.37572/EdArt_0331106203</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
FORMAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS PEDAGÓGICAS DEFINIDAS NO PPC DOS CURSOS DE PRIMEIRA LICENCIATURA DO PARFOR: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA UFMA	
Ilzeni Silva Dias	
Helianane Oliveira Rocha	
Raimunda Ramos Marinho	
<b>DOI 10.37572/EdArt_0331106204</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
REPRESENTAÇÕES DOS FORMANDOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA ACERCA DA FORMAÇÃO INICIAL	
Fábio de Oliveira	
Raquel Lima Besnosik	
<b>DOI 10.37572/EdArt_0331106205</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
A EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UFES/CAMPUS SÃO MATEUS	
Poliana Domingos Mariano	
Anna Carolyne Souto Moraes	
Marcos da Cunha Teixeira	
Diógena Barata	
<b>DOI 10.37572/EdArt_0331106206</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>63</b>
APARTHEID SOCIAL: MEMÓRIA E DOCÊNCIA EM HISTÓRIA	
Natalia Nolasco Neri da Silva	
<b>DOI 10.37572/EdArt_0331106207</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>68</b>
CURRÍCULO INTEGRADO E TRABALHO DOCENTE INTERDISCIPLINAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Tatiana das Mercês	
Michele Pazolini	
Jaqueline Ferreira Almeida	
Carla Ribeiro Macedo	
<b>DOI 10.37572/EdArt_0331106208</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>80</b>
METODOLOGIAS ATIVAS: CONCEITOS ATUAIS DE APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Juliana Campos Francelino	
Rosimeire Martins Régis dos Santos	
<b>DOI 10.37572/EdArt_0331106209</b>	
 <b>FORMAÇÃO DOCENTE, POLÍTICAS E PROFISSIONALIZAÇÃO</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>93</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: CONTRAPONTO COM A META 17 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*	
Sophia Sartini Fernandes de Oliveira	
<b>DOI 10.37572/EdArt_03311062010</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>98</b>
A CONSTRUÇÃO DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE POTENCIALIZADA PELAS ORIENTAÇÕES DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	
Patrícia Anselmo Zanotta	
Maria do Carmo Galiazzi	
Cleiva Aguiar de Lima	
<b>DOI 10.37572/EdArt_03311062011</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>109</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES EM SERVIÇO: A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL EM DEBATE	
Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih	
<b>DOI 10.37572/EdArt_03311062012</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>114</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>115</b>

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: CONTRAPONTO COM A META 17 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO\*

Data de submissão: 24/03/2020

Data de aceite: 03/04/2020

**Sophia Sartini Fernandes de Oliveira**

Doutoranda em Educação na  
Universidade Católica de Petrópolis (UCP)

sophiasartini@terra.com.br

<http://lattes.cnpq.br/6421160241485958>

**RESUMO:** Este trabalho discute, em linhas gerais, o Programa Mais Educação (PME) e o Programa Novo Mais Educação (PNME) que evidenciam políticas públicas que contrapõem, por meio do voluntariado na educação integral, o Plano Nacional de Educação, PNE/2014, a Meta 17 que estabelece a valorização docente. Desse modo, faz-se necessário refletir sobre a implementação de políticas públicas que não divirjam sobre a valorização docente e que possam, de fato, consolidar uma Educação de qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas, Educação Integral, Plano Nacional de Educação.

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss in general the Programa Mais Educação (PME) [More Education Program] and the Programa Novo Mais Educação (PNME) [New More Education Program] that put in evidence public

policies that, by means of volunteering in integral education, go against the PNE/2014 [National Education Plan], the Meta 17 [17th Goal] that promotes the appreciation of teachers. Therefore, it is necessary to make reflections about the promotion of public policies that do not contradict themselves about the appreciation of teachers and that can truly consolidate a good quality Education.

**KEYWORDS:** Public Policies; Integral Education; National Education Plan.

A Educação como direito do cidadão brasileiro e dever do Estado está prevista nos termos do art. 227 da Constituição Federal. Depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-1996), propostas vêm sendo implementadas visando novas configurações de tempo e espaço escolar que contemplem as necessidades socioeducativas de crianças, adolescentes e jovens. As propostas federais mais recentes – Programa Mais Educação (PME) e Programa Novo Mais Educação (PNME) – são exemplos das tentativas de indução de políticas de educação em tempo integral para o país. Entretanto, para que programas de ampliação da jornada escolar e do tempo integral se

1 Este trabalho foi apresentado no XI Seminário Regional Sudeste ANPAE e XI Encontro Regional Sudeste da ANFOPE, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em agosto de 2018; e publicado nos anais da XI ANPAE e XI ANFOPE.

efetivem, há necessidade de políticas de formação e valorização docente, que se implantem concomitantemente.

Este trabalho tem como objetivo fazer uma discussão a partir de alguns pontos do extinto PME (Portaria Interministerial nº 17/2007) e do PNME (Portaria nº 1.144/2016). Destacamos que o extinto PME já tinha pontos de divergência com a formação e a valorização docentes quando cotejado com o Plano Nacional de Educação (PNE)/2001. Acrescentamos que as divergências persistem e se acirram no PNME-2016. Tal discussão será alicerçada por alguns teóricos tais como Lígia Coelho e Dayse Hora, M’Hammed Mellouki e Clermont Gauthier.

O PME tinha como principal objetivo a educação integral de crianças, adolescentes e jovens por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar. Essas atividades eram de caráter interdisciplinar e contemplavam atividades nos campos da arte, do esporte, da cultura entre outros, que possibilitariam uma melhoria nas condições de aproveitamento escolar. Dessa forma, a educação em tempo integral implantada no contraturno atenderia a progressiva ampliação do período de permanência na escola do aluno, prevista no art. 34 da LDBEN.

Com a mudança de governo em 2016, o PNME foi criado com o principal objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Várias justificativas são feitas usando as metas não alcançadas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) por uma parte das escolas do ensino básico. A Portaria nº 1.144/2016, no Capítulo I, art. 2º, inciso II, reitera a contribuição deste Programa para a alfabetização e letramento na língua portuguesa e matemática por meio de acompanhamento pedagógico específico.

Embora os referidos artigos da legislação do PME e do vigente PNME visem contemplar a educação de qualidade para crianças, adolescentes e jovens, podemos observar, na contramão, a proposta do trabalho voluntariado. A Lei nº 9.608/1998 (Lei que dispõe sobre o serviço voluntário) considera como serviço voluntário: “[...] a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos [...]”. Complementando “O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim”. Detenhamo-nos, pois, nas argumentações que tecemos para essas leituras.

O PME instituiu, por meio do Manual Operacional de Educação Integral (2014), os monitores (voluntários) como os atores essenciais para a sua execução pedagógica. Entre os possíveis voluntários, encontravam-se estudantes universitários, pessoas da comunidade, estudantes da Educação de Jovens e Adultos e estudantes do ensino médio. Esses monitores teriam ressarcidas suas despesas com transporte e alimentação e os monitores encarregados das atividades de “Orientação de Estudos e Leitura” e “Campos do Conhecimento” seriam ressarcidos pelo número de turmas atendidas.

Assim como no PME, no PNME o voluntariado é a base das atividades complementares (Campo das Artes, Cultura, Esporte e Lazer) e as atividades de Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática). O novo programa institui, por meio do Documento Orientador (2016), o Mediador da aprendizagem e o Facilitador, ambos de caráter voluntário, como previsto na lei já referida e com a obrigatoriedade da celebração do Termo de Adesão e Compromisso do Voluntário. No documento do PNME destinado a responder às perguntas sobre a adesão, o início das atividades e o funcionamento do programa, o ressarcimento (do transporte e da alimentação) do Mediador e Facilitador é feito conforme o número de turmas trabalhadas; e caso um professor efetivo da rede, com carga de 20h semanais, atuar como mediador ou facilitador no contraturno ao trabalho, ele deverá estar ciente de seu papel como voluntário.

Neste contexto, podemos dizer que o exercício do magistério pelo professor como voluntário na escola é conflitante com o Plano Nacional de Educação, PNE/2014, que tem como Meta 17 a valorização do professor o que inclui o Piso Salarial Nacional, o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Assistência da União (com o objetivo da implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional). Sobre a Assistência da União, a Resolução nº 5/2011, da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, que é um anexo da Portaria nº 213/2011, dispõe em forma de lei a integralidade do piso salarial nacional pela parcela de complementação pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), na forma do art. 4º da Lei nº 11.738/2008.

Diante do exposto, podemos dizer que o trabalho voluntariado do professor se configura como uma precarização do magistério. Neste sentido, o professor continua transmitindo seus saberes no contexto de suas práticas pedagógicas, mas assumindo a posição de “monitor”, “mediador da aprendizagem” e “facilitador” (ressarcido apenas da alimentação e do transporte). Os fatos caracterizam uma flexibilização profissional: de trabalho docente para trabalho educativo, o que resulta na desvalorização do magistério como uma profissão e compromete a identidade docente. De acordo com Coelho e Hora (2013) este trabalho educativo (de monitores, oficinairos e etc.) assume várias denominações que não se caracterizam como um fazer pedagógico e, por conseguinte, não se caracterizaria em vínculo empregatício com todos os direitos previstos na legislação trabalhista. Diante deste quadro de irregularidade, Coelho e Hora enfatizam que o trabalho educativo é implantado para a complementação dos horários para a manutenção da jornada ampliada, pois “[...] os governos não conseguem, pelos mais diversos motivos políticos e econômicos, manter os contratos regulares para a manutenção de projetos de jornada ampliada [...]” (COELHO; HORA, 2013, p. 219).

O conceito de precarização do trabalho docente assumido no presente trabalho segue as reflexões sociológicas trazidas por Coelho e Hora (2013, p. 208): “[...] *precariza-se* o trabalho docente quando se modificam as modalidades de organização dos processos de trabalho, a formação e o emprego, bem como as identidades, culturas e formas de representação simbólica no processo mesmo do trabalho” (grifo das autoras). Ainda nas argumentações das autoras, devido às condições mínimas de trabalho e salário do professor ao longo do tempo, este profissional foi perdendo a posição social de pertencimento às classes médias. Indubitavelmente, pensar em uma educação de qualidade em tempo integral, significa, também, não perder de vista a valorização da docência.

Para ratificar nossa posição recorreremos a Mellouki e Gauthier (2004) quando afirmam que a mediação do professor com o aluno revela o papel intelectual do professor; assim, este profissional não é apenas portador, intérprete e crítico de uma cultura, mas também produtor, divulgador de conhecimentos e técnicas entre outras ações. Logo, a valorização da docência é um imperativo para uma educação de qualidade na escola, pois a partir de salários dignos, o professor terá condições factíveis para uma formação continuada: um aprimoramento profissional, cultural e pessoal ao longo do seu exercício no magistério.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 out. 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez 1996, Seção 1, p. 27833.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 fev. 1998, Seção 1, p. 2.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 17, de 24 de abril de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 abr. 2007, Seção 1, p. 5-6.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jul. 2008, Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 5, de 22 de fevereiro de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 mar. 2011, Seção 1, p. 10.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 213 de 2 de março de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 mar. 2011, Seção 1, p. 10.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.144 de 10 de outubro de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 out. 2016, Seção 1, p. 23.

COELHO, Lígia Martha; HORA, Dayse. Políticas públicas de educação integral em jornada escolar ampliada e trabalho educativo: docência questionada ou precarização do trabalho docente? In: COELHO, Lígia Martha (org.). **Educação integral**: história, políticas e práticas. Rio de Janeiro: Rovel, 2013, p. 204-224.

MELLOUKI, M'Hammed; GAUTHIER, Clermont. O professor e seu mandato de mediador, herdeiro, intérprete e crítico. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 537-571, maio/ago. 2004.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Luciane Spanhol Bordignon** possui graduação em Ciências Licenciatura Curta Duração pela Universidade de Passo Fundo (1987), Graduação em Licenciatura Plena Habilitação em Matemática pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1992), Mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo (2008) , Doutorado Sanduiche no Instituto de Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa (2011) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). É Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da UNESCO. Professora aposentada do Magistério Estadual do Rio Grande do Sul e docente na Universidade de Passo Fundo. Coordena: a Área de Prática de Ensino e Estágios da Universidade de Passo Fundo, o Programa Residência Pedagógica da Universidade de Passo Fundo e o Curso de Pós-graduação Políticas e Gestão da Educação da Universidade de Passo Fundo. Membro do Grupo de Estudos sobre Universidade da Universidade de Passo Fundo - GEU/UPF e do Grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas e Gestão da Educação da Universidade de Passo Fundo - GPEPGE/UPF.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abordagens metodológicas 1  
Ampliação da jornada 93, 109, 110, 111, 112  
Apartheid social 63, 64  
Avaliação 19, 32, 33, 48, 80, 84, 88, 89, 90, 91, 112

### C

Censo escolar 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 41, 46  
Ciência 3, 4, 5, 6, 11, 16, 20, 23, 39, 40, 68, 69, 71, 73, 84, 91, 98, 100, 102  
Ciências Biológicas 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60  
Competência profissional 98, 99, 100, 101, 104, 105, 107

### D

Dialética 1, 2, 3, 8, 17, 46, 72  
Dialógica 1  
Discrecionalidade 30, 32, 33, 34, 35

### E

Educação Básica 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 31, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 50, 53, 60, 69, 71, 74, 79, 81, 94, 95  
Educação Integral 13, 93, 94, 97, 109, 110, 111, 112  
Educação profissional 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 85, 86, 89, 91, 98, 99  
Educar pela pesquisa 17, 98, 99, 100, 101, 107  
Ensino 3, 4, 5, 6, 14, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 41, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 98, 100, 102, 107, 109, 111, 112, 114  
Ensino Interdisciplinar 68  
Escola de Tempo Integral 109, 110, 111  
Estágio Supervisionado 48, 49, 53

### F

Formação de professores 18, 19, 21, 24, 28, 40, 41, 42, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 79, 107  
Formação docente 21, 28, 41, 45, 48, 50, 55, 58, 60, 80, 90, 98  
Formação Profissional 28, 57, 70, 74, 75, 80, 82, 85, 91

### H

Habilitação para o magistério 18, 27

## **I**

Implementação 30, 31, 32, 33, 34, 35, 73, 77, 87, 93, 95

Integração curricular 68, 70, 74, 77, 79

## **M**

Memória 63, 64, 65, 66, 79

Metodologias Ativas 80, 81, 84, 85, 87, 88, 90, 91

## **N**

Necessidades Formativas 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52

## **P**

PIBID 30, 31, 32, 33, 34, 35, 58, 59, 60, 61, 62

Plano Nacional de Educação 19, 22, 27, 41, 71, 78, 93, 94, 95, 110

Políticas Públicas 1, 15, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 71, 93, 97

Práticas pedagógicas 39, 42, 95, 109, 111

Profissão docente 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 75

## **R**

Reconhecimento do outro 98, 99, 104

## **S**

Saberes docentes 48, 49, 52, 57

## **T**

Tecnologia 3, 6, 16, 39, 40, 68, 69, 71, 73, 87, 92, 98, 100, 102, 103

Trabalho docente 19, 20, 23, 28, 29, 68, 71, 74, 78, 95, 96, 97

Transdisciplinaridade 1, 3, 4, 8, 10, 13, 16, 17



**EDITORIA  
ARTEMIS  
2020**